

As assimetrias regionais da prática do Jornalismo de Dados no Brasil ¹

The regional assymmetric approaches on Data Journalism in Brazil

Fábio Vasconcellos² e Leonardo Mancini ³

Resumo: Este artigo analisa a prática do Jornalismo de Dados no Brasil a partir do mapeamento do uso desse tipo de reportagem nos 27 estados da federação. O foco do estudo foi verificar em que medida o JD tem sido adotado pelos veículos jornalísticos, tendo como hipótese geral que essa técnica não apenas qualifica os processos de produção jornalística, como também o tipo de informação oferecida ao público. Os dados analisados foram coletados durante o monitoramento das versões *online* de 45 veículos jornalísticos durante cinco meses, totalizando uma amostra com 2.296 reportagens. Os resultados indicam um uso de moderado a baixo desse tipo de reportagem no Brasil, como também uma repetição da conhecida assimetria entre veículos dos estados do Sul e Sudeste, com maior capacidade produção, na comparação com os estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Palavras-Chave: Jornalismo de Dados. RAC. Visualização de informação.

¹ Trabalho apresentado no III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo, realizado na Universidade Anhembi-Morumbi, cidade de São Paulo, entre 23 e 25 de julho de 2015.

² Jornalista, professor da UERJ e ESPM Rio e doutor em ciência política. fabio.vasconcellos@espm.br.

³ Jornalista, Chefe do Departamento de Comunicação Teórica e Prática da ESPM Rio, doutorando em Comunicação no PPGCOM/UERJ. lmancini@espm.br



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo

Universidade Anhembi-Morumbi, 23 a 25 de junho de 2016

Abstract: In this article, we analyze how data journalism is being used by Brazilian newspapers on the different regions of the country, considering the hypothesis that Data Journalism as a practice not only qualifies the news making process but also improves the quality of the information being published. Methodologically, we monitored the online versions of 45 Brazilian newspapers during 5 months and analyzed 2.296 news reports. The results indicate a moderate to low usage of Data Journalism in Brazil in general, a bigger incidence on the news media outlets from the South and Southeast regions, and almost no records in the North, Northeast and Centre regions.

Keywords: Data Journalism. CAR. Data visualization.

Jornalismo de Dados e Democracia

O campo do jornalismo tem sido pressionado, nos últimos anos, a fazer diversas mudanças com o objetivo de adequar a sua prática ao novo cenário da comunicação. Com diferenças de intensidade entre as empresas, essas mudanças poderiam ser resumidas em três grandes frentes: 1) busca por novos modelos narração online; 2) adequação dos conteúdos aos dispositivos móveis e, por fim, 3) uso das novas práticas no processo de apuração da notícia (ANDERSON et al 2012; CANAVILHAS, 2013; SIEPERA e VEGLIS, 2012, HOWARD 2014; GRAY et al, 2014).

Neste último ponto, a prática do chamado “Jornalismo com Auxílio de Computador (RAC)”, fruto do modelo de “Jornalismo de Precisão” sugerido por Philip Meyer (1991), ganhou as redações no Brasil em meados dos anos 90. O RAC foi considerado um passo em direção do que viria a ser classificado já nos anos 2000 como “Jornalismo de Guiado por Dados” ou, simplesmente, Jornalismo de Dados (JD). Resumidamente, o JD consiste em uma técnica de apuração que utiliza o computador como principal ferramenta de pesquisa e análise.

Em certo sentido, o JD repete o modelo RAC, mas incorpora e aprofunda a utilização de dados com foco na narrativa, o uso da estatística e, em muitos casos, de princípios da metodologia oriunda da Ciência Social para produzir conteúdo jornalístico (ANDERSON et al, 2013; ANDERSON, 2014; SILVER, 2013; HOWARD, 2014; GRAY et al, 2014; VASCONCELLOS e MANCINI, 2015, 2016; STRAY, 2014). Ao que tudo indica, portanto, o JD teria um impacto positivo sobre o campo jornalístico, na medida em que a sua aplicação exige das empresas um investimento mínimo em tecnologia e no treinamento das equipes que deverão lidar com a busca, análise e apresentação de dados. Em outras palavras, nesse novo cenário das novas práticas de apuração, o JD seria um importante indutor de qualificação das reportagens veiculadas pela imprensa.

Este é um ponto interessante de análise porque remete a uma discussão mais ampla, que diz respeito à importância da informação nos regimes democráticos. Há inúmeras maneiras de se abordar essa questão. Aqui partimos das três funções gerais normalmente atribuídas à imprensa.

A primeira dessas funções refere-se à atividade de informar para a sociedade o que se passa no mundo à sua volta; a segunda, a de fomentar o debate público sobre os temas de interesse dos cidadãos e a terceira, de revelar e de responsabilizar agentes públicos em casos de desvios. Essas três funções constituem o quadro teórico sobre a responsabilidade institucional da imprensa nas democracias liberais pós XVIII. E partir desse momento que a imprensa inicia um processo crescente de profissionalização que a levaria a ocupar um importante espaço de mediação entre o cidadão comum e o mundo político (MANIN 1995; LIPPMANN, 2008 [1922]; WAISBORD, 2000; SCHUDSON, 2008; BENNETT e ENTMAN, 2011; MIGUEL, 2014)⁴.

Nesse modelo, a imprensa, como espaço da prática do jornalismo, desempenha papel central não apenas porque tem os recursos materiais para produzir e disseminar informação para uma ampla audiência, mas também por ser capaz de induzir debates e promover enquadramentos sobre os temas que a esfera pública⁵, muitas vezes, toma conhecimento (MAIA, 2006, 2008; WOLF, 2005; GOMES, 2007; MIGUEL, 2013). Na perspectiva da democracia deliberativa, ou seja, aquela na qual a discussão pública entre os mais diferentes agentes é elemento essencial para a sua consecução como modelo de formação de preferências e tomada de decisão, a imprensa passa a ser vista, portanto, com um canal de grande relevância política. Sua atuação tem potencial de afetar não apenas os fluxos informacionais da esfera pública, como ainda os tipos e a qualidade da informação que os cidadãos têm acesso para participar das discussões públicas. Em resumo, a maneira pela qual é constituído o

⁴ Indiretamente, essas três funções estão relacionadas ao entendimento que autores liberais clássicos, como Milton, Locke e Stuart Mill tinham da importância da imprensa para as democracias, ou seja, como um agente capaz de desempenhar um papel vital no processo de democratização não só no sentido de despertar uma consciência cívica dos cidadãos, como também o de pressionar governos a apresentarem respostas às demandas da sociedade. Entre as ideias dos autores clássicos da democracia liberal e sua efetiva aplicação, vimos, posteriormente, que outras instâncias, como o poder econômico, por exemplo, afetam sobremaneira o desempenho dessas funções.

⁵ A ideia de esfera pública adotada segue o modelo habermasiano, para quem a esfera pública é a arena onde se processa a vontade coletiva e se justificam as decisões políticas (Habermas, 1997). Uma boa e mais atual discussão sobre o conceito de esfera pública pode ser encontrado em Maia (2008) e Gomes (2007).

sistema de mídia, incluindo aí principalmente a imprensa, e o *modus operandi* do jornalismo importam para a democracia.

Temos aqui um ponto de interseção bastante pertinente entre práticas jornalísticas e seus efeitos no contexto de uma democracia deliberativa. A adoção de uma nova técnica de apuração noticiosa, como a do Jornalismo de Dados, pode e deve ser problematizada nos aspectos relativos às rotinas - como a busca pela precisão, automatização dos processos e maior riqueza metodológica da apuração -, mas e, especialmente, torna-se fundamental também atentar para a relação dessas práticas com aspectos externos ao campo jornalístico. Nos referimos aqui, evidentemente, à discussão sobre os possíveis efeitos das mudanças adotadas pelo jornalismo no seu papel de fomentar e qualificar a discussão dos temas na esfera pública.

Inúmeras questões estão em aberto. Como a adoção dessas práticas e técnicas de apuração contribuem de fato para uma qualificação das informações produzidas pela imprensa? De que maneira essas práticas podem reduzir o peso da influência das fontes oficiais e dos grupos de interesses na produção da notícia? Quais os usos que o público faz desse tipo de reportagem com o intuito de qualificar seus argumentos nos fóruns de discussão?⁶ Dada a amplitude de questões que o tema desperta, talvez um primeiro passo seja compreender o grau de oferta desse tipo de conteúdo produzido a partir de dados em um país, como o Brasil, no qual ainda persistem fortes desequilíbrios na produção e consumo de informação entre suas diferentes regiões.

A recorrente referência aos ganhos da adoção do Jornalismo de Dados, como uma maior independência das fontes, maior precisão, capacidade de relacionar inúmeros aspectos de um tema transformado em notícia e habilidade para descobrir relações entre dados sinaliza mais do que nunca a relevância desse tema. Desse modo, esse estudo problematiza, ainda que de maneira bastante geral, a seguinte questão. Se podemos entender como um sinal positivo o uso de técnicas cada vez mais

⁶ As rotinas de produção da notícia, segundo inúmeros estudos, acabam por incorporar procedimentos que, de certo modo, reduzem a diversificação de fontes dos jornalistas e aumenta a sua dependência de fontes oficiais ou fontes consideradas confiáveis (ver WOLF 2005 e COOK 1998)

sofisticadas de produção de informação a partir de um maior rigor no método de apuração, do ponto de vista da qualificação da discussão pública torna-se necessário também identificar os veículos que, neste momento, têm de fato investido nessa técnica e, conseqüentemente, gerado uma maior oportunidade para seus públicos. Em outras palavras, se a aplicação do JD, por suposto, altera ou mesmo qualifica a informação disponível para a sociedade, “os ganhos” para a esfera pública só se evidenciarão na medida em que não apenas se confirme a ocorrência desses conteúdos, mas também a ocorrência de uma variedade temática e diversidade da aplicação do JD.

Neste artigo, porém, nos limitamos documentar o uso do JD no Brasil, sem discutir, nesse momento, a agenda adotada pelos veículos quando utilizam essa técnica. O nosso ponto será identificar a prática do JD no país, bem como a frequência com que ela tem sido adotada. Mais uma vez. A nossa questão analítica é que, se podemos falar em ganhos para a sociedade na medida em que seja identificada a adoção do JD, precisamos também verificar se o modelo de reportagem do JD tem contribuído de fato para reduzir as nossas diferenças regionais quanto à oferta de informação para as esferas públicas regionais. Assimetrias nesse sentido apenas confirmariam as já conhecidas desigualdades do nosso mercado de informação⁷. Nesse caso, o JD apenas explicitaria e reforçaria, mais uma vez, a diferença substantiva nas possibilidades que as esferas públicas regionais têm para incorporar informações produzidas a partir de técnicas de apuração que pressupõem maior rigor metodológico e levam a uma maior riqueza na compreensão dos fenômenos políticos e sociais⁸.

⁷ Por mais que uma publicação online tenha custos inferiores de acesso de cidadãos distantes do local da publicação, o desinteresse de empresas jornalísticas locais na produção de reportagens com novas técnicas de apuração é um fator, a nosso ver, negativo. Primeiro porque a imprensa local abre mão de aplicar esses recursos de apuração e análise nos temas locais, com impacto direto sobre a democracia local; segundo porque, ao abrir mão de produzir reportagens com essas novas técnicas, o veículo não ajuda a enriquecer o debate público com novas perspectivas de abordagens, diferentes daquelas adotadas pelos veículos online sediados em outras regiões.

⁸ Como sabemos, o JD tem sido utilizado não apenas pelas grandes redações da imprensa tradicional, mas também por agências e novos veículos existentes no ambiente online no Brasil e em outros países. Neste estudo, contudo, nos limitamos a analisar apenas os veículos tradicionais na sua versão web, porque o nosso problema

Foco do estudo

Tendo como perspectiva a importância do aprimoramento das práticas jornalísticas na produção de informação, elemento que pode ensejar uma qualificação do debate público, o objetivo central deste trabalho é saber: quem (e onde) afinal produz Jornalismo de Dados no Brasil? De certo modo, este estudo testa também a aplicação das classificações de JD propostas em outra ocasião (VASCONCELLOS e MANCINI, 2015, 2016). Nele, a utilização de dados em uma reportagem não é suficiente para defini-la como “jornalismo de dados”, sendo necessárias outras práticas, como a busca independente de dados, análise e contextualização desses dados, e, em certa medida, a utilização de visualizações que permitam ao leitor médio compreender o conteúdo da informação.

Dito isso, partimos da seguinte questão geral neste estudo: uma disseminação mais ou menos equivalente do JD entre os veículos de imprensa nos diferentes estados da federação indicaria, em tese, um ganho para as esferas públicas locais, na medida em que expressaria o interesse das empresas jornalísticas em investir nesse tipo de apuração. Nesse estudo não discutimos, portanto, o conteúdo temático do JD apresentado, questão que, sem dúvida, pode reduzir o peso das publicações na medida em que elas foquem em temas com baixa capacidade de despertar, promover ou qualificar as deliberações locais. Também não discutimos os usos que os agentes da esfera pública fazem dessas informações, elemento igualmente primordial para entendermos como mudanças nas práticas de produção jornalística ajudam a promover e qualificar a discussão pública. A análise sobre a agenda do JD no Brasil e os usos que audiência faz desses conteúdos serão devidamente explorados em outra ocasião. Neste estudo, nos limitamos ao estudo do mapeamento do uso do JD no Brasil.

Resumidamente, portanto, o objetivo deste trabalho contemple três itens:

é saber em que medida esses veículos, com presença marcante na produção de informação no país, tem se interessado em produzir reportagens com as técnicas do JD.

- 1) Mapear os veículos online que utilizam dados na produção de reportagens no Brasil;
- 2) Classificar o tipo de Jornalismo de Dados utilizado segundo a nossa tipologia;
- 3) Problematizar a distribuição do uso do JD entre os estados da federação.

Os dados utilizados neste mapeamento foram obtidos durante o monitoramento de 45 veículos online (ver Anexo), de 27 estados, entre 15 de setembro de 2014 e 15 de março de 2015. No total, foram coletados dados de publicações de cinco meses inteiros, totalizando 2.296 ocorrências⁹.

Qual Jornalismo de Dados?

Resumidamente, definimos o Jornalismo de Dados a partir das competências incorporadas pelo campo jornalístico para produzir reportagens, cujo foco das narrativas sejam dados que podem ser quantificáveis (VASCONCELLOS e MANCINI, 2015, 2016). Nesse sentido, se a competência dos jornalistas para manejar dados, organizá-los e analisá-los é um ponto de convergência entre os

⁹ Adotamos o método de análise de conteúdo para classificar as reportagens utilizadas na amostra. Como procedimento, diariamente, no mesmo intervalo de tempo, fazíamos a leitura das primeiras páginas dos jornais online com o objetivo identificar publicações que poderiam ser classificadas como de Jornalismo de Dados. Esse procedimento atendeu a uma questão de economia de recursos humanos, já que a leitura de todas as editoriais de cada um dos 45 jornais resultaria num processo extremamente lento e custoso. A escolha da identificação pela primeira página foi também orientada pela noção de que é na primeira página que estão as reportagens que os jornais consideram mais importantes. No processo de tabulação das reportagens, portanto, primeiramente foi feita uma leitura inicial das primeiras páginas, procurando identificar títulos e subtítulos que chamassem a atenção para uma informação que apresentassem algum dado quantitativo, ou seja, toda informação que sugerisse o anúncio de um dado quantificável, suas interpretações ou relações com outros acontecimentos. A segunda etapa, consistiu em etiquetar essas reportagens, passando, depois, para uma terceira etapa, que consistiu em uma leitura mais criteriosa das reportagens, com objetivo de identificar o tipo de abordagem de JD, os temas e os recursos gráficos utilizados. Os 45 veículos analisado foram escolhidos tomando por base os índices do IVC da versão impressa dos jornais. Para cada estado, foram escolhidos os dois jornais com maior índice no IVC. O estado de Sergipe ficou de fora porque não havia jornais deste estado na lista do IVC.

autores que discutem os modelos dessa nova prática, nos resta compreender o modo como o jornalismo tem se apropriado dos dados para produzir conteúdo¹⁰.

Para o nosso propósito, não interessa saber se as novas competências jornalísticas são resultado da adoção, antes ou depois, de uma tecnologia, ou mesmo se existe ou não um aparato legal que subsidie a sua aplicação (Lei de Acesso à Informação), mas, sim, que essas competências, o *saber fazer*, tenham sido incorporadas pelo campo jornalístico na sua rotina de produção de notícia. Em suma, para nós, a tecnologia, a Lei de Acesso à Informação ou a atitude investigativa (*watchdog*) são meios que facilitam e promovem a prática do JD, e não aquilo que o define.

Nessa perspectiva, há uma diferença básica entre reportagens jornalísticas *COM* e reportagens jornalísticas *DE* dados (Guiado por Dados). Enquanto as primeiras contemplariam conteúdos que se apropriam de dados de forma ilustrativa, no segundo caso, os dados seriam a própria razão da reportagem. No primeiro caso, o dado quantitativo teria o papel de auxiliar a ilustrar uma reportagem; no segundo, o dado seria o próprio fundamento da pauta e a história das relações entre os dados conduziria, neste caso, a reportagem. Em outros termos, enquanto o primeiro modelo repete as reportagens produzidas por equipes com determinadas competências; o segundo deixa claro que essas equipes incorporaram novas competências em manejar, analisar e apresentar conteúdos a partir de dados.

Para a sua aplicação metodológica, adotamos três dimensões das competências que se espera de uma reportagem DE dados.

- **Dimensão Investigativa:** consiste na habilidade de extração e/ou organização dos dados. Essa dimensão procura identificar se a reportagem contempla dados pelos quais a equipe de jornalistas foi responsável por extrair e estruturar o material bruto de alguma base e/ou foi responsável pela produção e organização do próprio dado. Reportagens desse tipo tendem a trazer

¹⁰ Uma discussão mais aprofundada deste tópico pode ser encontrada em outra publicação em que focamos na análise e definição dos preceitos do Jornalismo de Dados (VASCONCELLOS e MANCINI, 2015, 2016)

no seu enunciado indicações sobre o esforço da própria equipe ou mesmo indicações sobre o ineditismo do dado apresentado após a busca e/ou estruturação feita pela equipe.

- **Dimensão Interpretativa:** consiste na habilidade de argumentar a partir de dados. Nessa dimensão, busca-se identificar se existe um texto jornalístico analítico, ou seja, que procura não apenas apresentar o conteúdo da reportagem e o seu contexto, como, principalmente, se traz uma análise sobre as relações entre os dados de forma a indicar causas e/ou consequências do objeto da publicação. O texto pode ser tanto uma análise direta do jornalista como de entrevistados que são incluídos ao longo da reportagem e que cumprem o papel de analisar as relações entre os dados trazidos pela publicação.

- **Dimensão Comunicativa:** esta dimensão está vinculada à visualização dos dados. Nessa categoria, procura-se identificar se as publicações trazem algum tipo de visualização, como gráficos ou infográficos. Avalia-se a maneira como essa visualização é utilizada de modo a permitir que o conteúdo da reportagem seja aprimorado pela comunicação visual, não no sentido estético, ainda que desejável, mas no sentido de que essa comunicação promova/incentive a compreensão analítica da reportagem de dados.

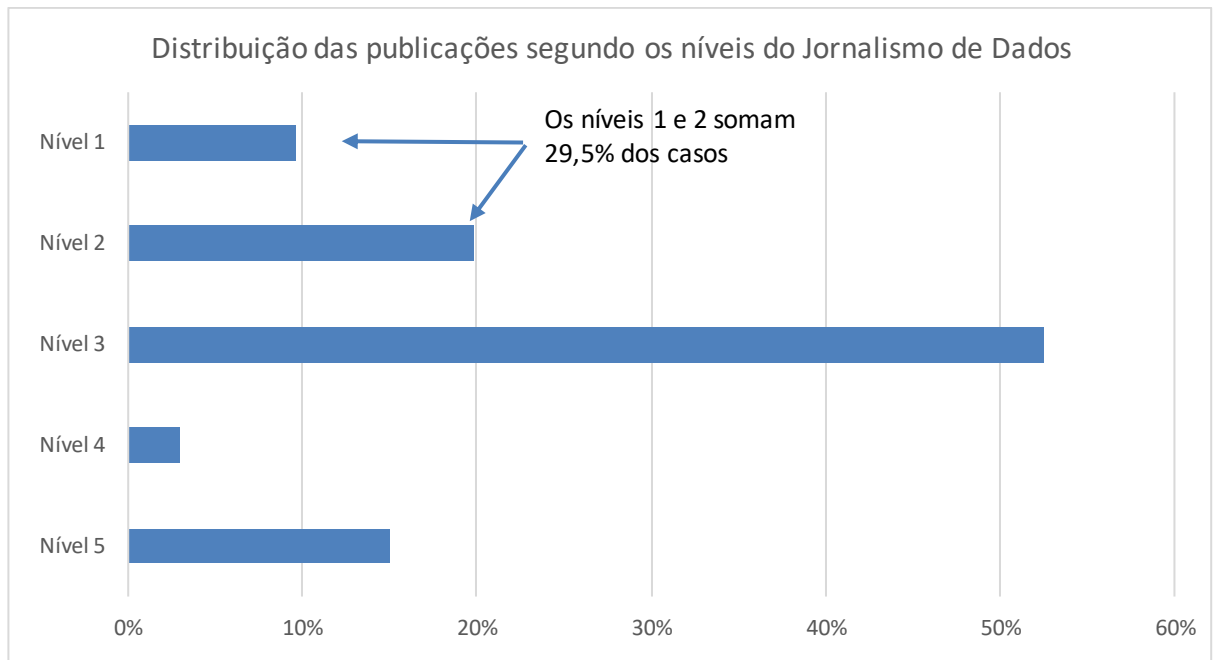
A partir das dimensões investigativa, interpretativa e comunicativa, trabalhamos com uma matriz que tenta dar conta dessas dimensões. Para isso, no eixo horizontal estabelecemos quais atributos as reportagens apresentam. Esses atributos buscam atender ao modelo proposto por Stray (2014), Silver (2014) e Bradshaw (2014), qual seja: a importância de o JD buscar e apresentar relações entre os dados e, a partir daí, contar as suas histórias. No eixo vertical, apresentamos um *continuum* entre reportagens que utilizam dados e reportagens de dados.

Categorias X Níveis de JD		Busca e/ou Elaboração própria dos dados (criação da base)	Estrutura da base (séries temporais, categorias <i>rankings</i> , tabelas)	Visualização dos dados (infografia)	Interpretação dos dados (texto)
Jornalismo Com Dados → De Dados	Nível 1	✓	✓	✓	✓
	Nível 2	✓	✓	✓	
	Nível 3			✓	✓
	Nível 4			✓	
	Nível 5				

Resultados

A análise da frequência dos tipos de reportagens publicadas pelos 45 veículos monitorados durante cinco meses demonstra que, no Brasil, há uma forte predominância do Jornalismo de Dados do tipo 3, considerado o modelo intermediário entre o JD clássico, ou seja, que organiza e utiliza dados como foco da sua narrativa. Pelos resultados, o JD intermediário representou metade da nossa amostra (52%). Nesse modelo, as reportagens apresentam alguma contextualização, mas são dependentes dos dados organizados por terceiros, ou seja, não há uma maior independência do jornalista em buscar e estruturar informações para promover análises e abordagens dos conteúdos. Os dados, já estruturados e muitas vezes com conclusões a priori, são repassados para as equipes de jornalistas que produzem o texto final da reportagem.

O levantamento demonstrou também um grande número de reportagens que apenas utilizam dados quantitativos, sem que eles ajudem a conduzir a narrativa da matéria (15%), nível 5. A soma do nível 3 e 5 totaliza 67% de todas as reportagens analisadas. O JD mais avançado, isto é, que envolve tanto a extração própria dos dados, como a sua análise e visualização (nível 1), foi identificado em 9,5% dos casos, enquanto o nível 2 (extração e visualização dos dados), em 19,9% das publicações. Se somarmos os níveis 1 e 2, o percentual chega a 29,5%.



Há algumas interpretações que, na verdade, são complementares sobre a proporção encontrada de JD dos níveis 1 e 2, quando compararmos com o nível 3 e 5. Em uma visão mais otimista, a primeira hipótese diz que o menor percentual de frequência dos níveis 1 e 2 tem a ver com a própria dinâmica da produção desse tipo de reportagem, qual seja, o trabalho de extração, organização e análise dos dados demanda mais tempo, o que reduz necessariamente o volume de publicações no comparativo com aquelas publicações de JD de nível intermediário, mais rápidas de serem publicadas porque já recebem os dados organizados por terceiros.

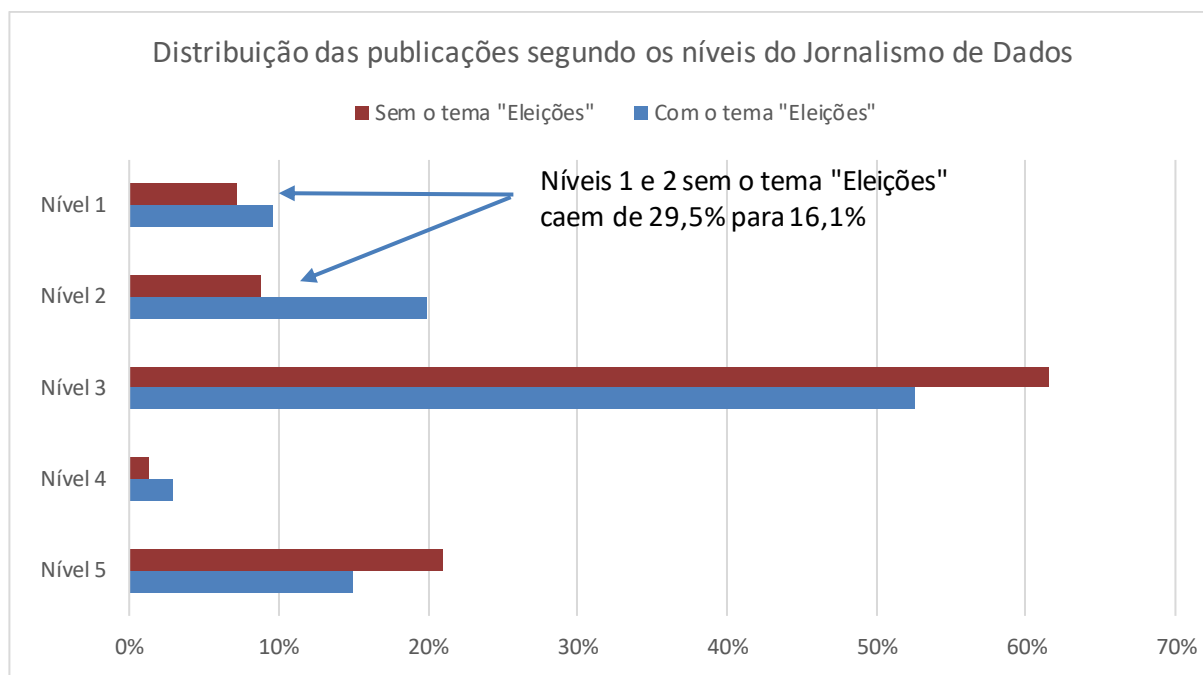
Uma segunda hipótese, mais pessimista, nos diz que a menor proporção do JD nível 1 e 2 tem a ver, na verdade, com o reduzido interesse das empresas jornalísticas em investir nesse tipo de reportagem, que demanda, naturalmente, mais recursos. Essa explicação, de certo modo, corrobora a anterior. Os jornais investiriam menos em Jornalismo de Dados mais avançado não porque ele demanda mais tempo de produção, mas especialmente porque esse tipo de publicação implica em gasto adicional na contratação e treinamento de pessoal especializado. O fator tempo seria, portanto,

reflexo do baixo interesse por parte das empresas tradicionais de jornalismo no investimento material e humano para a produção de JD.

Um outro dado é fundamental para entendermos o contexto da produção de Jornalismo de Dados no Brasil, em especial, no período analisado na pesquisa. O período de coleta das informações deste estudo coincidiu com as eleições gerais de 2014. Nesse caso, procuramos testar o peso desse período no total das publicações com dados, uma vez que o período eleitoral implica numa maior produção de dados, especialmente daqueles oriundos de institutos de pesquisa de opinião e das bases que são disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Tribunal de Contas da União (TCU). Em suma, o objetivo foi testar até que ponto o contexto eleitoral explicaria a incidência de reportagens de JD identificadas no levantamento.

Os resultados indicam que as eleições impactaram substancialmente a produção de reportagens com dados, alterando fortemente os percentuais dos níveis 1 e 2 de JD, bem como do nível 3 (intermediário). Ao excluirmos as reportagens com o tema “eleições”, as proporções de JD dos níveis 1 e 2 caem de 29,5% para 16,1%. Por outro lado, o nível 3, passou de 52% para 61,6%. Mesmo o nível 5, que consiste em reportagens com menor ênfase nos dados e que não demonstram esforço de extração, organização e análise dos dados, o percentual subiu de 15% para 21%. Em outras palavras, há indícios de que no período eleitoral, quando há uma maior disponibilidade de dados, as empresas jornalísticas tendem a utilizar mais o JD níveis 1 e 2.

Nesse sentido, se é importante uma maior oferta de reportagens com grau de apuração mais sofisticado, em especial no momento de disputa política quando o eleitor precisa tomar uma importante decisão, a variação percentual negativa após as eleições revela, por outro lado, que, passado esse momento da vida política do país, a sociedade teria menos chances de utilizar esse tipo de conteúdo para fomentar suas discussões na esfera pública.



Um estudo longitudinal, qualitativo ou comparativo, com outros países poderia indicar se o percentual de publicações do nível 1 e 2 encontrado no Brasil se mantém ao longo do tempo; se é resultado de decisões de ordem econômica (o seu custo de aplicação) por parte das empresas ou mesmo se esse percentual está dentro de um patamar observado em outros países, considerando o momento eleitoral. Uma outra agenda de pesquisa aponta também para a necessidade de conhecermos os percentuais de JD fora dos períodos eleitorais para indicar em que contexto os dados sobre essa prática jornalística no Brasil estão dentro de uma média observada em outros países.

Passamos agora a analisar os dados, considerando a distribuição do volume de publicações de JD pelos estados, questão de interesse direto desta pesquisa. Dos 27 estados brasileiros, 24 apresentaram o registro de ao menos uma reportagem com o uso de dados publicada por um dos veículos que faziam parte da nossa amostra, e isso considerando todos os níveis da nossa classificação de JD. As exceções foram os estados de Sergipe, Goiás e Alagoas. Em parte, a ausência de casos nesses

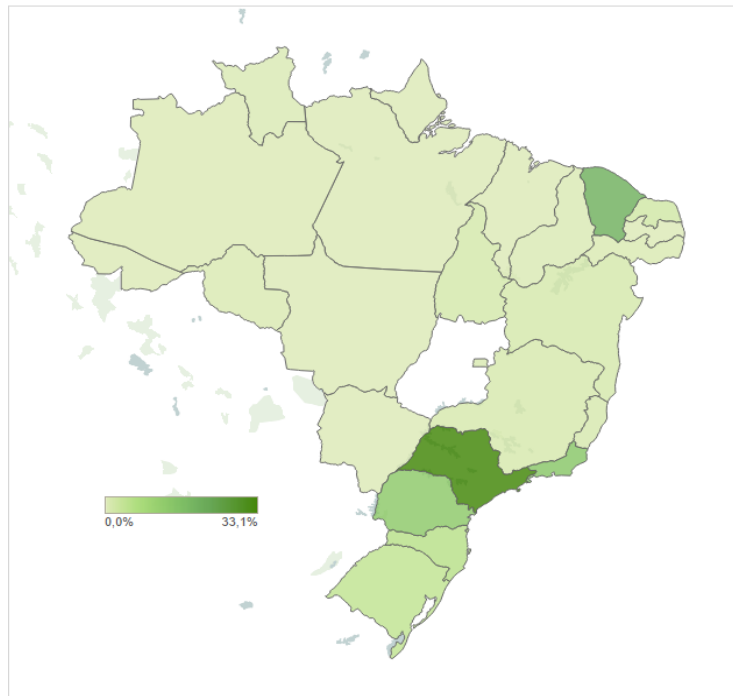
estados se refere ao método de escolha dos veículos que foram monitorados, quando foram selecionados os dois jornais de cada estado com o maior IVC da versão impressa. Como nem todos os jornais locais constavam na lista do IVC, é possível que algum veículos que utilizam dados nas suas publicações tenham escapado do nosso monitoramento¹¹.

Se do ponto de vista geral, o uso de reportagens com dados está presente em quase todos os estados, a sua frequência e, sobretudo, o nível de qualificação exigida dessas publicações, como veremos mais à frente, deixam a desejar. O Jornalismo de Dados (sem desagregar pelos 5 níveis) está concentrado nos veículos sediados na Região Sul e, principalmente, Região Sudeste. São Paulo é responsável por 33% das publicações, seguido por Rio de Janeiro com 14,5% e Paraná, com 13,3%. De certo modo, o volume de publicações que utilizam dados reflete a nossa já conhecida assimetria na produção de conteúdo jornalístico, quase sempre concentrado na Região Sudeste onde estão os maiores veículos de imprensa.

Há um destaque no mapa para o Estado do Ceará, que registra proporções semelhantes aos estados do Sudeste (20%). O caso desse ficará mais claro quando considerarmos na análise apenas os níveis 1 e 2 de Jornalismo de Dados. Chamam a atenção também os casos de Minas Gerais, com baixo percentual de reportagens com dados, e os de Goiás e Sergipe, que não apresentaram registros no período pesquisado.

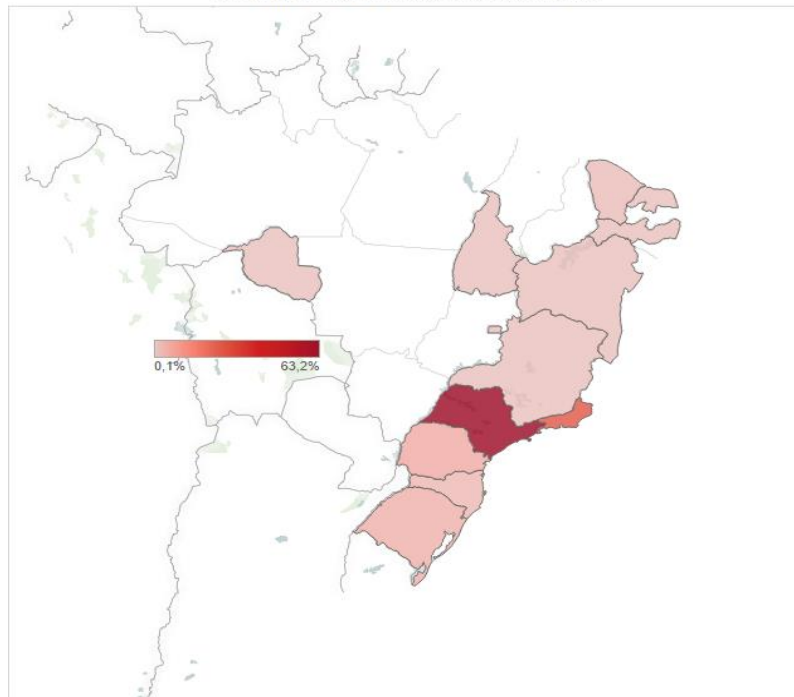
¹¹ Jornais na versão online monitorados durante o levantamento: Alagoas (Gazeta de Alagoas) e Goiás (Daqui). Em Sergipe, não havia, na época da produção da nossa amostra, nenhum veículo na lista do IVC. Portanto, Sergipe ficou fora do levantamento desta pesquisa.

Distribuição das publicações com dados (Set 2014/Mar 2015)



Quando considerados na análise apenas os níveis mais sofisticados de utilização de dados (extração ou produção própria de dados, análise e visualização), que demanda a existência de equipes especializadas nesse tipo de trabalho (níveis 1 e 2), nota-se outra grande diferença existente entre os veículos dos estados brasileiros. Dos 24 estados que registravam alguma publicação com dados, somente 13 publicaram, em algum momento, reportagens dos níveis 1 e 2 do JD. Não há, por exemplo, registros deste tipo nos jornais dos estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Maranhão e Espírito Santo. Os níveis mais sofisticados de JD estão restritos aos veículos de São Paulo (63%) e Rio de Janeiro (24%). Os demais estados apresentam percentuais entre 0,1% e 5% de publicações.

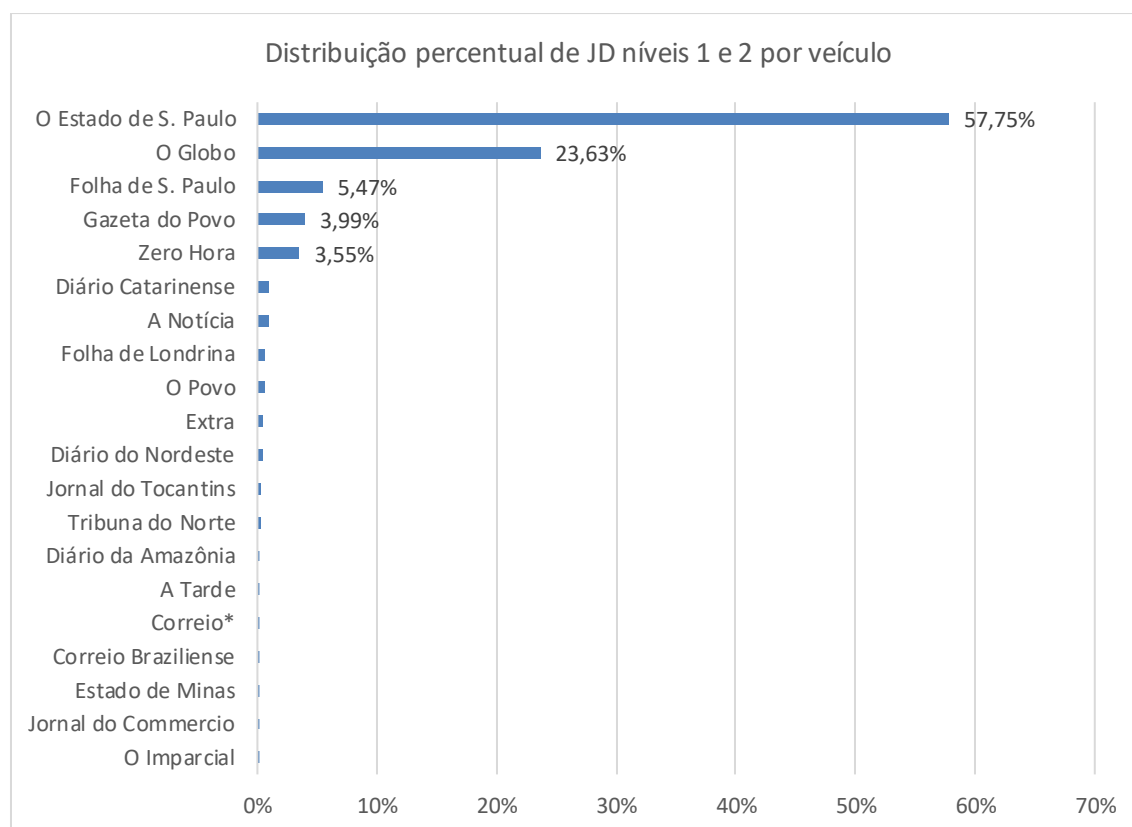
Distribuição das publicações com dados nos níveis 1 e 2 do Jornalismo de Dados (Set 2014/Mar 2015)



A distribuição pelos dez veículos de imprensa que mais publicaram reportagens nos níveis 1 e 2 indica que há um componente econômico que afeta a disposição das empresas em publicar reportagens com dados. Somente as grandes e médias redações dos veículos tradicionais se destacam com maior volume de publicações. Esse é um dado que, novamente, reforça a assimetria de veiculação de reportagens que procuram aplicar um maior rigor metodológico de apuração, no caso, reportagens baseadas em dados e a partir da análise de dados. Das 677 reportagens de JD dos níveis 1 e 2, cerca de 58% foram publicadas pelo Jornal O Estado de São Paulo. Outros 24% saíram do Jornal O Globo, seguido da Folha de São Paulo, com 5,5%. Ou seja, os três maiores jornais do país somam, sozinhos, 87% da amostra coletada.

No caso específico do Estadão, o maior percentual de reportagens com dados se explica pela existência de uma equipe especializada em JD, criada pelo jornal em 2009, diferente do O Globo, que

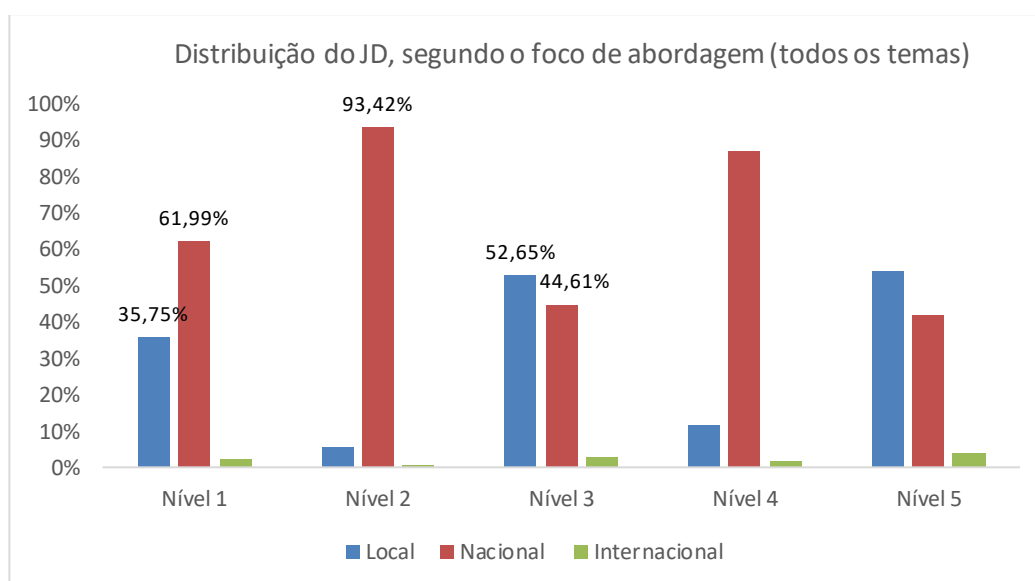
criou uma equipe apenas em 2014. No caso da Folha, essa equipe sequer existe. Esses dados sugerem, portanto, que a existência de uma equipe treinada e focada na apuração de reportagens com dados afeta consistentemente o volume de produção dos veículos, ao contrário de um modelo que mobilizaria equipes apenas em momentos específicos para a confecção desse tipo de reportagem.



Um outro dado que chama atenção é a existência de espaço nas páginas dos jornais monitorados para a publicação de reportagens exclusivamente de dados. Houve registro desses espaços apenas nos veículos monitorados do Paraná, Rio de Janeiro, Grande do Sul e São Paulo. Novamente, esses dados corroboram não apenas uma enorme desigualdade na oferta de reportagens

produzidas a partir de novas e sofisticadas técnicas de apuração e cruzamento de dados, considerando o grupo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste no comparativo com o grupo da região Sul e Sudeste. Esse dado releva, evidentemente, diferenças quanto ao porte das redações e capacidade financeira dos veículos de investirem nesse tipo de reportagem.

O estudo procurou também analisar o tipo de abordagem das reportagens que utilizam dados no Brasil, ou seja, procurou-se identificar se o conteúdo tratava de um assunto local, nacional ou internacional. O interesse, como dito anteriormente, foi verificar o quão os veículos que adotam diferentes tipos de reportagens com dados dão maior ou menor atenção aos temas locais, nacionais ou internacionais. Se, por hipótese, a técnica do JD qualifica a informação disponibilizada para o público, resta saber qual público, ou seja, esfera pública, tem tido maior oportunidade de acompanhar essas reportagens. Os resultados demonstram que os veículos dão mais ênfase às questões nacionais nos níveis 1, 2 e 4. Apenas os níveis 3 e 5 tendem a apresentar mais publicação de temas locais. Essa é um dado interessante porque revela, de certo modo, que o JD dos níveis mais sofisticados tendem a deixar em segundo plano os assuntos locais, que podem fomentar e qualificar as discussões das esferas públicas locais.

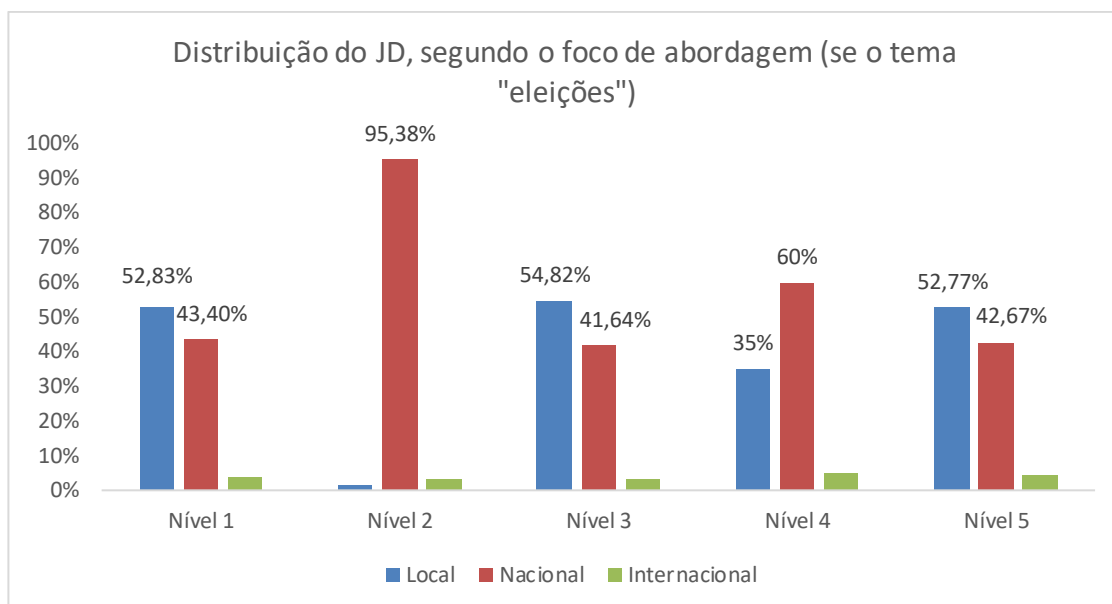


Em suma, se por um lado esse tipo de escolha dos jornais favorece leitores de estados em que as empresas não investem em JD, uma vez que o acesso online reduz os custos de acesso e distribuição, por outro, denuncia a incapacidade dos veículos de fazer coberturas locais com abordagens mais sofisticadas. Uma perda, evidentemente, para a qualificação da informação local.

Para compreender melhor o impacto das coberturas em nível local, nacional e internacional dos veículos monitorados, contudo, controlamos a proporção de publicações com e sem o tema “eleições”, com o objetivo de mensurar se o foco dos veículos muda se excluímos essa temática, uma vez que o monitoramento pegou justamente o período da disputa política.

Os resultados indicam que sem considerar o tema “eleições”, as publicações de JD do nível 1 alteram substancialmente. Agora, o nível local passa a ser predominante, com percentual de 52% ante os 35% registrados quando considerado o tema “eleições”. Este foi a única categoria de JD em que houve mudança significativa na proporção do foco local. Esse dado demonstra não apenas o peso do contexto eleitoral, com maior disponibilidade de dados para os jornalistas trabalharem, como também o quanto a cobertura eleitoral praticamente pelo JD foi predominantemente sobre assuntos nacionais.

Contudo, é um achado também positivo na medida em que os níveis 1 e 2, na verdade, tendem a focar em temas locais, contribuindo para a performance das democracias locais, ainda que, em momentos eleitorais, essa atenção passe a ser sobre os temas de nível nacional. Por outro lado, a interpretação desse dado deve levar em conta também que o JD 1 e 2 em nível local ocorre, especialmente, nos veículos de Rio e São Paulo.



Conclusões

O objetivo deste estudo foi mapear a publicação de reportagens de Jornalismo de Dados no Brasil, tendo como foco central observar em que medida essa técnica de produção de notícia tem se disseminado pelo país de forma a contribuir com os debates travados no âmbito das esferas públicas regionais. Procuramos também observar em que medida as reportagens que utilizam dados são influenciadas pelo contexto político do país, no caso, o período eleitoral de 2014, quando há uma maior disponibilidade de bases de dados para a produção desse tipo de reportagem.

Os resultados ainda preliminares do mapeamento apontam que, no Brasil, quase todos os veículos representados na amostra utilizaram em algum momento dados nas suas reportagens. No entanto, quando considerado apenas os níveis 1 e 2, que exigem maior investimento das empresas e preparo das equipes, apenas 13 estados registraram esse tipo de reportagem. No geral, 29,5% das mais de 2 mil publicações analisadas, trataram do Jornalismo de Dados dos níveis 1 ou 2. O percentual reflete, de certo modo, a dificuldade das empresas de produzir reportagens com essas técnicas no

mesmo ritmo daquele encontrado no nível 3, que tende a predominar. Nesse nível intermediário, como abordamos anteriormente, os jornalistas tendem a servir mais como mediadores de estudos e análises feitas fora do campo jornalístico do que como responsáveis diretos pelos levantamentos.

Se por um lado podemos entender que o menor investimento em JD dos níveis 1 e 2 demonstra uma incapacidade dos veículos em apostar mais em levantamentos e análises próprias sobre os temas que podem pavimentar discussões e debates na esfera pública com uma maior independência das suas tradicionais fontes, por outro, demonstra também que a dinâmica da produção diária dos jornais é um fator inibidor de uma maior produção desse tipo de reportagem. Num teste simples de comparação dos dados, encontramos evidências de que o contexto eleitoral, quando há mais dados disponíveis para os jornais, influencia sobremaneira o volume das publicações com dados. Nesse caso, sem o tema “eleições” na pauta, a proporção de JD dos níveis 1 e 2 caem à metade, ou seja, há uma incapacidade ou desinteresse dos jornais em ampliar o volume de reportagens com JD para além do período eleitoral.

Quanto à distribuição do JD pelo país, o monitoramento demonstra que essa técnica na apuração e apresentação da reportagem repete o padrão já conhecido no Brasil, com um forte desequilíbrio da oferta de conteúdo entre as regiões Sul e Sudeste, no comparativo com as demais regiões. Esse é um dado que não apenas revela o quanto os jornais do Norte e Nordeste apresentam maior incapacidade de produzir conteúdo próprio a partir dessa nova técnica, bem como uma pobreza na sofisticação no tipo de abordagem das reportagens que pode qualificar a dinâmica das esferas públicas locais.

O maior volume de publicações de JD dos níveis 1 e 2, especialmente nas regiões Sul e Sudeste, não representam necessariamente ganhos para uma maior especialização das coberturas locais. Os dados demonstram que a maior parte do JD tende a concentrar a sua atenção em temas nacionais. Parte disso se explica pelo período do nosso monitoramento, que coincidiu com as eleições de 2014. O peso do período eleitoral foi evidente. Ao excluirmos esse tema da cobertura, a proporção de reportagens com foco local no JD do nível 1 passa a ser predominante. Não se discute aqui a relevância



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo

Universidade Anhembi-Morumbi, 23 a 25 de junho de 2016

da abordagem nacional, diante de uma eleição de nível nacional, como é a disputa presidencial, mas a menor proporção dessas reportagens sobre, por exemplo, as eleições de governadores e deputados estaduais que ocorreram simultaneamente à disputa nacional. Quando excluído o tema “eleições” percebe-se um aumento e predominância dos temas locais, contudo, esse é um dado que apenas reforça a assimetria do mercado de informação, uma vez que as coberturas são predominantemente de veículos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Referências bibliográficas

ANDERSON, C.W. **Between the unique and the pattern: Historical tensions in our understanding of quantitative Journalism**. In Journalism in an era of big data: Cases, concepts, and critiques, LEWIS, Seth (org). Routledge, 2014.

ANDERSON, C.W. BELL, Emily e SHIRKY, Clay. **Post-Industrial Journalism: adapting to the present**. 2012. Disponível em http://towcenter.org/wp-content/uploads/2012/11/TOWCenter-Post_Industrial_Journalism.pdf. Acesso em 15/5/2016.

BENNETT, Lance W. e ENTMAN; Robert. **Mediated Politics - Communication in the future of Democracy**. Cambridge University Press, 2011.

BRADSHAW, P. **O que é Jornalismo de Dados. Manual de Jornalismo de Dados**. 2014. Disponível em: http://datajournalismhandbook.org/pt/introducao_0.html. Acesso em: 15/05/2015.

CANAVALHAS, João. **Notícias e Mobilidade: O Jornalismo na Era dos Dispositivos Móveis**. Labcom Books, 2013.

COOK, Timothy. **O Jornalismo Político**. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 6. Brasília, julho - dezembro de 2011, pp. 203-247

GOMES, Wilson. **Publicidade, visibilidade, discutibilidade – Para uma revisão do conceito de esfera pública**. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho “Comunicação e Política”, do XVI Encontro da Compós, na UTP, em Curitiba, PR, 2007.

GRAY, J.; BOUNEGRU, L.; e CHAMBERS, L. **Manual de Jornalismo de Dados**. 2014. Disponível em <http://datajournalismhandbook.org/pt/>. Acesso em 15/5/2016.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e democracia. Entre facticidade e validade**. Rio de Janeiro. Tempo Brasileiro, 1997.

HOWARD, Alexander Benjamin. **The art and Science of data-driven journalism. Tow Center Digital Journalism**. Columbia Journalism School, 2014.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Essays about Elements of Journalism**. In Nieman Foudantion For Journalism (org). Vol 55, nº2, 2001.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. Petrópolis, Vozes, 2008.

MAIA, Rousiley C.M. **Política deliberativa e reconsiderações acerca do conceito de esfera pública**. In *Mídia e Deliberação*. MAIA, Rousiley (org). Rio de Janeiro. FGV, 2008.

_____. *Mídia e vida pública*. In *Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas*, MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Céres Pimenta (org). Editora UFMG, Belo Horizonte, 2006.

MANIN, Bernard. **As metamorfoses do governo representativo**. São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. V10., n29, outubro, 1995.

MEYER, P. **The new precision journalism**. Indiana, Indiana University Press. 1991.

MIGUEL, Luis Felipe. **Democracia e Representação – territórios em disputa**. São Paulo. Editora Unesp, 2014.

POPKIN, S. **The Reasoning Voter: Communication and Persuasion in Presidential Campaign**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

SIAPER, Eugenia; VEGLIS, Andreas. **The Handbook of Global Online Journalism**. A John Wiley & Sons, Ltd., Publication. Reino Unido, 2012.

SILVER, N. **What the Fox Knows**. 2014. Disponível em: <http://fivethirtyeight.com/features/what-the-fox-knows/>. Acesso em: 01/12/2014.

SILVER, N. **O Sinal e o Ruído**. Intrínseca, Rio de Janeiro 2013.

STRAY, J. 2014. **The Data Journalist's Eyes, An Introduction**. Disponível em <http://towcenter.org/blog/the-data-journalists-eye-an-introduction/> . Acesso em 12/05/2015

SCHUDSON. Michael. **News and Democratic Society: Past, Present, and Future**. Cuadernos de Comunicacion, published by the Catholic University in Santiago, Chile, 2008.

VASCONCELLOS, Fábio.; MANCINI, Leonardo. BITTENCOURT, Carolina. **Cinco categorias de Jornalismo de Dados ou uma proposta para problematizar o Jornalismo a partir de dados no Brasil**. São Paulo, Anais II Seminário Abraji. 2015.

VASCONCELLOS, Fábio; MANCINI, Leonardo. **Jornalismo de Dados: conceito e categorias**. 2016. *Revista Fronteiras Estudos Midiáticos*. V 18, nº1, pág. 69-82.

WAISBOARD. Silvio. **Watchdog Journalism in South America: news, accountability and democracy**. New York, Columbia University Press. 2000.

WOLF. Mauro. **Teorias das comunicações de massa**. Martins Fontes. São Paulo, 2005.



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

III Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo

Universidade Anhembi-Morumbi, 23 a 25 de junho de 2016

IYENGAR, Shanto. **Is Anyone Responsible? How Television Frames Political Issues.** Chigago. The University of Chicago Press, 1991.

ANEXO (Relação de jornais online incluídos no monitoramento)

1	O RIO BRANCO (AC)	http://www.oriobranco.net/
2	A GAZETA DO ACRE (AC)	http://agazetadoacre.com/noticias/
3	GAZETA DE ALAGOAS (AL)	http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/
4	DIÁRIO DO AMAPÁ (AP)	http://www.diariodoamapa.com.br/
5	A GAZETA (AP)	http://jornalagazeta-ap.com/portal/
6	DEZ MINUTOS (AM)	http://new.d24am.com/#
7	A TARDE (BA)	http://atarde.uol.com.br
8	CORREIO* (BA)	http://www.correio24horas.com.br/
9	O POVO (CE)	http://www.opovo.com.br/
10	DIÁRIO DO NORDESTE (CE)	http://diarionordeste.verdesmares.com.br/
11	CORREIO BRASILIENSE (DF)	http://www.correiobrasiliense.com.br/
12	JORNAL DE BRASÍLIA (DF)	http://www.jornaldebrasil.com.br/
13	GAZETA ONLINE (ES)	http://gazetaonline.globo.com/
14	A TRIBUNA (ES)	http://www.redeatribuna.com.br/
15	DAQUI (GO)	http://www.daquijornaldf.com.br/
16	O ESTADO DO MARANHÃO (MA)	http://imirante.globo.com/oestadoma/
17	O IMPARCIAL (MA)	http://www.oimparcial.com.br/
18	FOLHA DO ESTADO (MT)	http://www.folhadoestado.com.br/
19	GAZETA DIGITAL (MT)	http://www.gazetadigital.com.br/
20	O ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (MS)	http://www.oestadoms.com.br/
21	ESTADO DE MINAS (MG)	http://www.em.com.br/
22	SUPER NOTÍCIA (MG)	http://www.otempo.com.br/super-noticia/
23	DIÁRIO DO PARÁ (PA)	http://diariodopara.diarioonline.com.br/
24	JORNAL JÁ PARAÍBA (PB)	http://paraibaja.com.br/
25	CORREIO DA PARAÍBA (PB)	http://portalcorreio.uol.com.br/
26	FOLHA DE LONDRINA (PR)	http://www.folhawe.com.br/
27	GAZETA DO POVO (PR)	http://www.gazetadopovo.com.br/

28	AQUI PERNAMBUCO (PE)	http://www.aquipe.com.br/
29	JORNAL DO COMMERCIO (PE)	http://jconline.ne10.uol.com.br/
30	MEIO NORTE (PI)	http://www.meionorte.com/
31	O GLOBO (RJ)	http://oglobo.globo.com/
32	EXTRA (RJ)	http://extra.globo.com/
33	NOVO JORNAL (RN)	http://www.novojornal.jor.br/
34	TRIBUNA DO NORTE (RN)	http://tribunadonorte.com.br/
35	DIÁRIO GAÚCHO (RS)	http://diariogaucho.clicrbs.com.br/rs/
36	ZERO HORA (RS)	http://zh.clicrbs.com.br/rs/
37	DIÁRIO DA AMAZÔNIA/PORTALSGC (RO)	http://www.sgc.com.br/
38	FOLHA BV (RR)	http://www.folhabv.com.br/
39	JORNAL DE RORAIMA (RR)	http://www.jornalderoraima.com/
40	A NOTÍCIA (SC)	http://anoticia.clicrbs.com.br/sc/
41	DIÁRIO CATARINENSE (SC)	http://diariocatarinense.clicrbs.com.br/sc/
42	FOLHA DE SÃO PAULO (SP)	http://www.folha.uol.com.br/
43	O ESTADO DE SÃO PAULO (SP)	http://www.estadao.com.br/
44	AGORA TOCANTINS (TO)	http://www.agora-to.com.br/
45	JORNAL DO TOCANTINS (TO)	http://www.jornaldotocantins.com.br/